

# O Brasil tem um enorme passado pela frente...

Brasil tiene un enorme pasado por delante...

Brazil has a huge past ahead of it...



**Andréia da Silva Daltoé<sup>1</sup>**

**Resumo:** Partimos do 31 de março do primeiro ano de governo do ex-Presidente do Brasil, para tratar das divergências em torno da “comemoração” desta data. Diante da polêmica em torno deste caso em específico, que virou contenda jurídica, objetivamos investigar de que modo a história da Ditadura está permanentemente em disputa, o papel da grande mídia nesse processo e se estes sentidos inscrevem-se num projeto de sociedade capitalista-neoliberal que atende a interesses político-econômicos dominantes.

**Palavras-chave:** 31 de março. Ditadura. Memória. Mídia.

**Resumen:** Partimos del 31 de marzo del primer año de gobierno del expresidente de Brasil, para tratar de las divergencias en torno de la “conmemoración” de esta fecha. Ante la polémica generada con relación a este caso específico, que se transformó en una contienda jurídica, nos proponemos investigar de qué modo la historia de la Dictadura está permanentemente en disputa y cuál es el papel de los grandes medios de comunicación en este proceso. Así mismo, nos preguntamos si estos sentidos se inscriben en un proyecto de sociedad capitalista-neoliberal que atiende a los intereses políticos-económicos dominantes.

**Palavras clave:** 31 de marzo. Dictadura. Memoria. Medios de comunicación.

**Abstract:** We start from the 31st of March of the first year of government of the ex-president of Brazil to deal with the divergences around the “commemoration” of this date.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Faced with the controversy surrounding this specific case, which became a legal dispute, we aim to investigate how the history of the Dictatorship is permanently in dispute, the role of the mainstream media in this process and whether these meanings are part of a capitalist-neoliberal society Project, that serves dominant political and economic interests.

**Keywords:** March 31st. Dictatorship. Memory. Media.

## Questões introdutórias

*“A interpretação é incontornável e retornará sempre.”*

(PÊCHEUX, [1983] 2010)

Desde 2014, venho pesquisando questões ligadas à Ditadura, em especial os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina. E, a cada materialidade analisada, conforme já relatava no Sedisc<sup>2</sup> de 2018, mais perto me sinto deste passado, mais presente ele se torna.

Não pagamos por este passado e, também por isso, um resto de esquecimento produzido bate à porta de forma trágica, perversa e patológica. Esta mistura de temporalidades vem reafirmar que minha incursão teórico-analítica neste passado nunca foi linear (DALTOÉ, 2019). Já estamos avisados disso, pois, em Análise de Discurso de linha materialista, à qual nos filiamos, a noção de tempo e história não tem a ver com uma cronologia. Como o próprio Pêcheux (2006, p. 29) nos alerta: não descobrimos o real, damos de encontro com ele. E é assim que tenho me percebido nestas pesquisas, encontrando o passado o tempo todo, no choque com os acontecimentos presentes.

Diante desta perplexidade, retomo a história, conforme Certeau (2015, p. 27), que, “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, [...] não para de encontrar o presente no seu objeto e o passado nas suas práticas. Ela é habitada pela estranheza que procura [...]”. E é desta co-fusão (RIVERA, 2005) entre passado e presente que quero falar aqui, voltando ao 31 de março de 2019,

---

<sup>2</sup> IV Seminário Discurso, Cultura e Mídia, evento organizado pela parceria entre Unisul, Unicamp e UFRGS.

quando se previa a “comemoração do aniversário de 1964” – primeiro aniversário sob o governo daquele que sempre defendeu a Ditadura.

Nesta volta, procuraremos tratar de história, de memória e também do papel da mídia neste processo, não como um meio que diz sobre a “realidade” dos fatos, mas como inscrita ideologicamente na teia social que acaba contribuindo/reafirmando formas de poder que nos subjuga.

### **O 31 de março que volta pela janela...**

No dia 25 de março de 2019, o porta voz do governo anuncia que o Presidente da República determinou ao Ministério da Defesa que fossem feitas “as comemorações devidas” nos quartéis por ocasião do aniversário de 64 (DALTOÉ, 2022).

Neste mesmo dia, em manchete, o site do Jornal Nacional<sup>3</sup> trazia: “Presidente Bolsonaro manda quartéis celebrarem o 31 de março. [...] Segundo porta-voz, Bolsonaro considera que não houve ditadura no Brasil”.

Como nos diz Robin (2016, p. 31), “o passado não é livre [...] é gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiano”, permitindo sua reescrita, sua invenção. O Jornal Nacional modaliza o enunciado acima com um “manda” do Presidente e parafraseia a explicação de Otávio Rego, como se se distanciasse do dito. Todavia não deixa de destacar a versão que não aquela expressa nas palavras do próprio porta-voz, de que a ditadura teria sido implantada para o bem do país, mas a que recorta a própria negação do acontecimento: “não houve ditadura”.

Continuando os desdobramentos do 31 de 2019, no dia 29, a Juíza Ivani Silva da Luz da Justiça Federal de Brasília proibiu o governo de comemorar os 55 anos do golpe, atendendo a um pedido da Defensoria Pública da União, que alegou afronta à memória e à verdade, além do emprego irregular de gastos públicos neste evento.

No dia anterior, 28, diante da forte repercussão negativa, Bolsonaro tinha voltado em suas palavras e afirma: “Não foi *comemorar*, foi *rememorar*, rever o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro”.

Em 30 de março, a desembargadora Maria do Carmo Cardoso do Tribunal Regional Federal da 1ª Região suspendeu a decisão que impedia a União e as Forças

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/25/presidente-bolsonaro-manda-quarteis-celebrarem-o-31-de-marco.ghtml>> Acesso em 01/05/2023.

Armadas de comemorarem o golpe militar de 1964, entendendo que a medida do Governo Federal estava dentro da alçada das competências da administração e que não haveria, neste caso, violação de legalidade, tampouco de Direitos Humanos.

No dia 31 de março, enfim, é lançado o Documentário no *youtube: 1964 – O Brasil entre armas e livros*, dirigido e produzido pelo grupo Brasil Paralelo, numa perspectiva revisionista, que volta à versão da perigosa ameaça comunista contra a qual era preciso se insurgir. No vídeo, a censura e repressão são tratadas como não tão severas conforme contariam os livros de história, “escritos por pessoas contaminadas por ideias de esquerda”<sup>4</sup>.

Diante destes acontecimentos, volto ao empréstimo que fiz de Millôr Fernandes no título, *Temos um enorme passado pela frente*, para dizer de um embaralhamento entre passado, presente e futuro, que pode me ajudar a pensar a troca de *comemorar* por *rememorar*, explorando as *clivagens subterrâneas deste arquivo* (PÊCHEUX, [1982] 1997), que mais se confundem com o subterrâneos dos porões da Ditadura que nunca deixaram de produzir seus ecos.

Ao trocar uma coisa pela outra, o ex-Presidente parece considerar que amenizou a questão, desfez o “mal entendido”, garantindo o sentido literal do que significam estes verbos ou mesmo do que significaria voltar à Ditadura. Todavia não podemos nos eximir de criar um espaço polêmico de leitura, nem ficar fora desta disputa por palavras, ao modo mesmo de um litígio em torno do sentido, como diria Rancière (1996).

Pêcheux ([1966] 2011, p. 35) vai nos dizer que a política não se reduz ao discurso, “mas que toda decisão, toda ‘medida’ no sentido político adquire seu lugar na prática política como uma frase em um discurso”. Para ele, o instrumento de transformação da prática política é o discurso. E nós acrescentamos: o instrumento de transformação para o bem ou para o mal, e também da normalização, cristalização, imposição de determinada prática política é o discurso. E é disso que queremos tratar aqui para pensar os modos como, neste momento do País, a luta pelos sentidos em torno da questão da Ditadura não tem a ver só com a passagem do 31 de março, com o saudosismo de uns e de outros, mas com um projeto de sociedade capitalista-neoliberal descomprometida com os ideias democráticos.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/04/05/o-que-diz-o-filme-1964-o-brasil-entre-armas-e-livros-que-relativiza-a-ditadura-militar.htm>> Acesso em 01/05/2023.

Quando Bolsonaro troca *comemorar* por *rememorar*, procurando resolver (não que isso fosse tamanha preocupação), em alguma medida, a polêmica em torno do que disse, vem ocupar o lugar, conforme Pêcheux (1997, p. 60), das “boas almas que se dão como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras”.

E perguntamo-nos sempre nestas situações: o que sustenta o sentido das palavras? Os sentidos da história no tempo? Que jogo de forças se marca aí? E então lembramos de Pêcheux: enquanto literatos e cientistas disputam sentidos abrigados “na casa de seu arquivo particular” (1997, p. 61), os políticos tiram proveito muito facilmente. Por isso estar atento à normalização asséptica da leitura, do pensamento e de um apagamento seletivo da memória histórica (1997, p. 60) e aqui destacamos: tanto na política quanto na mídia tradicional.

Ao problematizar os sentidos da troca de uma palavra por outra pelo ex-Presidente, sabemos que a discussão não está em torno de uma questão semântica simplesmente. No Houaiss (2009), *comemorar* significa trazer à lembrança, recordar, memorar, celebrar com festa, festejar, officiar, solenizar; *rememorar* significa trazer à memória, relembra, dar ideia de, lembrar; *rememorável*: que vale a pensa rememorar, digno de ser rememorado; *rememoração*: ato ou efeito de avivar uma lembrança.

Vemos que, no dicionário, elas podem muito bem ser tomadas como sinônimas e, neste caso, a troca do ex-Presidente não aliviaria em nada o ocorrido, não as desfilia da mesma cadeia de sentidos e nem funciona como eufemismo, embora esta pudesse ser a vontade do sujeito enunciador. Todavia, antônimas também não o são. Não podemos deixar de lê-las a partir das condições em que este discurso se dá e no modo como ele se articula a uma rede de saberes sobre a Ditadura de muito tempo. Ou seja, se estas palavras são sinônimas, não o são pelo sentido de dicionário, mas pelo modo como se filiam às determinações sócio-históricas e ideológicas deste sujeito enunciador. Logo, *comemorar* é festejar e *rememorar*, a partir de tudo que já foi dito por ele, é o quê?

O retorno permanente a esta data extrapola o 31 de março; é recorrente por parte de um determinado grupo que romantiza este passado e tenta criar-lhe outros implícitos que justifiquem suas práticas no presente. E isso não é impossível, porque, no espaço deixado pela impunidade destes crimes, pelo silêncio das vítimas e pelas políticas de

esquecimento, conforme trabalho de Indursky (2015) a respeito, os sentidos derivam, deslocam-se, sucumbem.

*Rememorar* não ameniza nada, não deixa de filiar este discurso a uma ilegalidade, a um decoro. Assim como *comemorar*, ambas estão imersas em um negacionismo da história para fazer valer outros sentidos sobre as atrocidades deste período e não nos deixarmos vê-las nas práticas cotidianas do agora. Todavia, a história não é um baú em que os acontecimentos estejam dispostos em fotos que você apenas abre, vasculha e olha para lembrá-las.

É nesse sentido que *comemorar* por *rememorar* não se resume a uma questão de sinonímia, ou de antonímia no sentido linguístico dos termos. A troca de um significante por outro significa justamente no jogo de um para o outro, cujos sentidos trabalham no vão entre eles, deixando o silêncio fazer a sua parte: *comemorar* por *rememorar* se encontram na mesma direção, mas movimentam algo: ameniza para alguns, enquanto continua assustando tantos outros. Enfim, uma cadeia significante, que denuncia a disputa pela narrativa da história, não necessariamente por uma vontade de mudar a foto do álbum, mas porque isso serve aos interesses políticos atuais. Afinal, não é só impor práticas anti-democráticas no hoje, é necessário um trabalho de reconfiguração, ou melhor, de transfiguração dos implícitos do passado – algo nunca negado, como podemos voltar no tempo para ver:

Em 1999, durante entrevista ao Programa Câmara Aberta<sup>5</sup>, Bolsonaro diz que o mal da ditadura foi não ter matado mais. Nas palavras dele: “Tem que matar 30 mil”; “Sou favorável à tortura”. “Até sou favorável da CPI no caso do Chico Lopes tivesse pau de arara lá, ele merecia isso, pau de arara, funciona”. Se você fosse Presidente do Brasil, você fecharia o congresso, pergunta o jornalista: “Não há menor dúvida, daria golpe no mesmo dia. Não funciona”. “Através do voto, você não muda nada no país”.

Vale dizer, voltando à inscrição da mídia nesta reescrita da história, apesar destas declarações e de outras de mesmo tom, colocando a Democracia como o mal do país e a Ditadura como uma ameaça presente, o entrevistador segue com as perguntas de uma espécie de script planejado e não alterado, sem esboçar nenhum espanto ou contragosto, como se se tratasse de uma conversa normal.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VRzVMcOdKII>>Acesso em 01/05/2023.

Em 2014, quando o ex-Presidente ainda era Deputado Federal, comemorou a “Revolução” no 31 de março. A Câmara suspendeu a sessão sobre golpe militar quando, durante o pronunciamento do deputado, a plateia ficou de costas.

Em 2016, é aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 44/2016 no Senado Federal, de autoria do Deputado Esperidião Amim, que transferia da Justiça comum para a militar o julgamento de homicídios cometidos por militares durante operações especiais de segurança pública em território nacional.

No contexto da intervenção federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2018, o General Eduardo Villas Bôas pediu carta branca dos “poderes constitucionais” para as ações sob seu comando a partir da intervenção. Disse ser necessário dar aos militares “garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade”<sup>6</sup> no futuro (DALTOÉ, 2018).

Em 2016, Jair Bolsonaro se tornou réu em um processo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por ter dedicado seu voto a favor do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-Codi (DALTOÉ; MARQUES, 2017).

Em fevereiro deste ano, a Câmara dos Deputados derruba o decreto proposto pelo vice-presidente Hamilton Mourão, que ampliava a funcionários comissionados e de segundo escalão o poder de impor sigilo a documentos públicos.

E, por último, as declarações do primeiro Ministro da Educação de Bolsonaro, Ricardo Veléz, propondo a revisão dos livros de História: trocar *golpe* por *decisão soberana da sociedade brasileira, mudança de tipo institucional; Ditadura por regime democrático de força*, etc.

Enfim, como diz Pêcheux (2010, p. 53), haveria “sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento”, apontando para o fato de que toda regularidade discursiva “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”, deslocando e desregulando os implícitos (2010, p. 52). E é como nos diz Robin (2016, p. 31): “O passado [...] nós o apagamos, esquecemos, remetemos à frente de outros episódios, voltamos, reescrevemos a história, inventamos, em função das exigências do momento e das antigas lendas”.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/general-vilas-boas-militares-precisam-ter-garantia-para-agir-sem-o-risco-de-surgir-uma-nova-comissao-da-verdade.ghtml>>Acesso em 01/05/2023.

Sabemos que a escrita da história envolve o trabalho árduo com a memória, com o esquecimento, com os recalques, e que seu resultado é sempre uma verdade negociada, desviada, deslocada, transferida. Sabemos também, ainda conforme a autora, que nunca haverá uma memória justa que permita se reconciliar com o passado. Mas o que estamos colocando em causa é a direção do sentido desta gestão do passado (e que a grande mídia corresponde tão bem), que nega os fatos já consolidados pela historiografia, por documentos e testemunhos, e os insere num processo patológico, aproveitando-se dos problemas da história, de seus trajetos e de suas transformações-deformações, sem se perguntar (ou sabendo) por que interesses respondem. Um trabalho que se aproveita do excesso de memória, do silêncio, dos apagamentos em torno dos fatos e vai na mesma direção das formas de poder dominante: algo da ordem de uma compulsão de repetição, interditando toda reconciliação com o passado.

Assim, embora a gestão de memória de que tratamos aqui, neste projeto em curso de país, é leviana e fere todo e qualquer direito humano, é sempre possível se apegar à literalidade da palavra para tentar garantir o domínio dos sentidos. É isso que julga fazer Bolsonaro trocando *comemorar* por *rememorar* e, ainda, justificar cinicamente que a polêmica não faz sentido porque a Lei da Anistia já teria, segundo ele, resolvido qualquer questão e colocado um fim nesta história.

Ele tem razão, se pensarmos que, conforme Ricoeur (2007, p. 460), a anistia “põe fim a graves desordens políticas que afetam a paz civil”. Interrompe a violência. “Opera como um tipo de prescrição seletiva e pontual que deixa fora de seu campo certas categorias de delinquentes”.

Todavia, é preciso suportar a categoria da contradição, conforme Pêcheux ([1984] 2011, p. 161), e pensar que a anistia, de acordo com Ricoeur (2007, p. 460), “enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido”. A proximidade entre as origens das palavras anistia e amnésia aponta, ainda segundo o autor, “para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que [...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação.

Vemos, portanto, que o fato da comemoração/rememoração de agora significa a partir do projeto do governo anterior, do projeto de uma sociedade excludente e individualista, que precisa atender apenas aos interesses da classe dominante. E intuitivamente ou não, eles sabem que isso se dá pelo discurso, pela propaganda como

arma política: uma *guerra ideológica* usando termos de Pêcheux ([1979] 2011, p. 73) ao tratar do Nazismo e do modo como Hitler investiu nisso: “A propaganda [...] torna-se a preocupação número um de um Estado cuja política é, no essencial, determinada do exterior”.

De lá para cá, como o próprio Pêcheux já analisava, os métodos se aperfeiçoaram e há uma permanente guerra preventiva instalada no interior da paz social como dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno: para alimentar esta ideia de que há um inimigo a combater (tudo que arrisca questionar a ordem do capitalismo) “a propaganda se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (2011, p. 74). E Pêcheux vai dizer: a propaganda é uma arma feito canhão, vai fazer trabalhar os sentidos e naturalizá-los, formando um corpo teórico-político profundamente instalado nas evidências de nosso tempo: “as condições de exercício das propagandas políticas, através de uma longa série de tentativas de emprestar, tomara a palavra, desviar, virar, desnaturar as bases práticas do adversário de classe” (2011, p. 82).

De tudo isso, uma questão que precisamos nos fazer é: estamos conseguindo lutar pelas palavras neste terreno sem escrúpulos que a direita tão efetivamente tomou para si?

### **Algum arremate...**

Em março de 2023, o Governo do Presidente Lula proíbe tratar o 31 de março em termos de comemoração, e a Carta Capital<sup>7</sup> trará: “Após governo Bolsonaro, Brasil vive o 31 de março sem comemorar o golpe de 1964...”. Como vemos, na escolha das palavras, mais forte do que o rumo dos acontecimentos ou mesmo a filiação ideológica da Carta é a força deste discurso, que ainda aparece em torno da forma verbal “comemorar”. Questão que nos levou a dizer anteriormente que o 31 de março de 2019 não foi um acontecimento pontual, mas “um sempre resto que marca todo o conjunto de práticas e discurso que organiza a disputa em torno da narratividade sobre a ditadura no Brasil” (DALTOÉ, 2022, p. 77). Ou ainda, um retorno saudosista permanente, contínuo, resultado da impunidade dos crimes que foram cometidos pelo Estado durante este período:

[...] que reverberam até hoje sob diferentes modos: pelo silêncio imposto às vítimas e à própria história, pelo não reconhecimento e punição dos crimes de morte, desaparecimento e ocultação de

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/apos-governo-bolsonaro-brasil-vive-o-31-de-marco-sem-comemorar-o-golpe-de-1964/>Acesso> em 01/05/2023.

cadáveres cometidos no interior do Aparelho de Estado e pelas práticas enraizadas e normalizadas em nosso cotidiano. (DALTOÉ, 2022, p. 77).

Somando-se a isso, o modo como a grande mídia, como dissemos anteriormente participa deste trabalho, ora avançando e contribuindo, em alguma medida, com a solidificação da Democracia, ora, sob as inúmeras formas de modalização do seu discurso, julgando se manter isenta, acabando por reforçar e consolidar certos sentidos, como os que justamente alimentam o imaginário de que a Ditadura foi um momento próspero do País e que nada de mal acontecia aos seus naquele período.

Voltamos o trecho da Globo, em 02 de abril de 1964:

Fugiu Goulart e a democracia está sendo restaurada [...] Atendendo aos anseios nacionais de paz, tranquilidade e progresso [...] as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal. (SILVA, 2016, p. 11).

Muito tempo depois, apenas em 02 de setembro de 2013, o Jornal Nacional, por meio do âncora Willian Bonner, anuncia que O Globo inaugurava um site em que “revisita sua própria história com um olhar crítico”<sup>8</sup>. A página<sup>9</sup> se destinaria a filmes e depoimentos sobre a história do Jornal: “Trata também de acusações dirigidas ao Globo, muitas delas fantasiosas, e há também o reconhecimento de erros, como o apoio editorial ao Golpe Militar de 1964”, segundo Bonner.

Como é possível observar neste argumento do jornalista a respeito da criação do site *Memória*, há uma mistura entre “reconhecimento” do erro e justificativa, conforme vemos no Editorial de abertura: “O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país”. Ou seja, a direção dos sentidos de defesa acabam não se desfiliando à mesma corrente de saberes que sustentaram e apoiaram o Golpe no passado: o recorrente “era o que precisava ser feito naquele momento pelo bem do País”. A pergunta poderia ser: o site visou, de fato, ao reconhecimento do “erro” da Globo em tratar 64 como uma “Revolução” (tal como registravam-na) necessária, ou buscava agora, testemunhando tamanhos ataques à Democracia e a seus próprios interesses, justificar-se frente ao tema

<sup>8</sup> Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2798447/>> Acesso em 01/04/2023.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>> Acesso em 01/04/2023.

que voltou a ocupar o cenário nacional, cobrando da emissora uma “coerência” entre o que disse no passado e o que diz agora?

Irônico (sabemos que não se trata exatamente disso) que o site é lançado em 2013, mesmo ano em que a Globo novamente apoiaria outro Golpe, talvez não tão explicitamente quanto em 1964, este que acabou tirando Dilma Rousseff da Presidência do País. As consequências, enfrentamos e enfrentaremos ainda durante muito tempo, neste passado que temos pela frente...

### Referências:

- CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
- DALTOÉ, Andréia S.; MARQUES, Juliene da S. A im(p)unidade parlamentar: ditadura e memória. *Revista Memorare*, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, v. 4, p. 61-77, 2017.
- DALTOÉ, Andréia S. Comissão da Verdade e Intervenção no RJ: a charge e seu modo polêmico nas maneiras de ler. In: Lucília M. A. e Sousa; Adonai Takeshi Ishimoto; Elaine Pereira Dairóz; Dantielli Assunção Garcia. (Org.). *Resistirmos, a que será que se destina?* 1ed.São Carlos: Pedro & João Editores, 2018, v. 1, p. 4-750.
- DALTOÉ, Andréia S. Déjà-vu e rendez-vous: os atravessamentos da memória no fazer do analista de discurso. In: Giovanna B. Flores; Nádia R. M. Neckel; Solange M. L. Gallo; Suzy Lagazzi; Claudia C. Pfeiffer; Mónica G. Zoppi-Fontana. (Org.). *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. 1ed.Campinas: Pontes Editores, 2019, v. 4, p. 9-374.
- DALTOÉ, Andréia S. Revolução, Golep, Impeachment: porque não podemos ser indiferentes às palavras: In: FERNANGES, C.; DALTOÉ, A.; AIUB, G. (orgs.) *Efeitos da Presença de Freda Indursky na Análise do Discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2022.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- INDURSKY, Freda. Políticas do esquecimento X políticas de resgate da memória. In: FLORES, G. G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. L. M. *Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia*. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no Discurso*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P.; DAVALLON, J. (orgs.). *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especialmente, da Psicologia Social. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011a.
- PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011b.
- PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011c.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIVERA, Tânia. Guimarães Rosa e a Psicanálise: ensaios sobre imagem e escrita. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

ROBIN, Régine. A memória saturada. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

SILVA, Juremir Machado da. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 7ª ed., 2016.